

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Diário do Estado GO

Goiás adota 'Semana Protegida' entre hospitais para combater superlotação

.....

JORNAL BRASÍLIA NOTÍCIAS

Caiado recebe forças policiais de 21 estados e afirma que "Estado do crime não pode existir"

.....

Jornal Diário de Goiás

Após decisão do TCE-GO, gestão do HDT pelo Instituto Sócrates Guanaes fica sob risco

.....

Jornal do Vale

Projeto da Mesa Diretora e contas do TCE estão na pauta hoje

.....

Notícias do Planalto

STF barra obras de R$ 1,94 bi sem licitação em Goiás

.....

STG News

Juscimar Ribeiro palestra em evento do SindGESTOR

.....

Goiás adota 'Semana Protegida' entre hospitais para combater superlotação

REDAÇÃO

Goiás adotou a estratégia "Semana Protegida" com rodízio entre os quatro principais hospitais de urgência estaduais para impor tolerância zero à superlotação e eliminar pacientes em corredores. Cada unidade ganha uma semana de pausa nos encaminhamentos via Regulação, Samu e Bombeiros para focar em cirurgias e resolver demandas internas sem interromper serviços de referência.

A Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) estruturou o rodízio envolvendo o Hugo, Hugol, Heana e Heapa, reorganizando fluxos assistenciais e otimizando a ocupação de leitos em toda a rede. A medida nasceu de uma reengenharia diária no Hugo e foi expandida após resultados imediatos, com relatos de corredores sem pacientes e maior eficiência de altas.

Na prática, o hospital "protegido" interrompe por uma semana entradas reguladas para reequilibrar leitos, acelerar exames e aumentar o giro cirúrgico, enquanto as outras três unidades absorvem a demanda externa conforme as especialidades. Referências críticas, como queimaduras no Hugol, continuam ativas mesmo durante a proteção, evitando lacunas assistenciais.

Segundo o secretário Rasível Santos, a superlotação é um "sintoma" de processos adoecidos e o rodízio funciona como "tratamento" para devolver qualidade e segurança ao atendimento.

O desenho busca estabilizar o sistema, reduzir permanência desnecessária e garantir previsibilidade nos fluxos de urgência e emergência.

Indicadores iniciais apontam ganhos expressivos durante semanas protegidas, com alta produção cirúrgica e queda da taxa de ocupação, eliminando macas em corredores no período observado. No Hugol, por exemplo, houve dezenas de cirurgias eletivas e centenas de procedimentos de urgência em uma semana, sem retorno da superlotação.

O Hugo, primeiro a testar o modelo, completou mais de 20 dias sem pacientes nos corredores após a reorganização, demonstrando impacto imediato da estratégia. A prática de reuniões operacionais diárias entre unidades e a alta gestão da SES-GO sustenta a resposta rápida a gargalos.

A SES-GO também reportou ao TCE-GO a consolidação de corredores livres, otimização de altas e integração de processos, como parte de um pacote de ações que inclui a Semana Protegida. A previsão é incorporar gradualmente

os demais hospitais estaduais do interior ao plano, ampliando o alcance da reorganização.

Com o revezamento, o sistema evita sobrecargas cíclicas, melhora a ocupação de leitos e cria janelas para cirurgias represadas em cada unidade, reduzindo filas. O monitoramento diário e o compartilhamento de boas práticas entre hospitais sustentam a consistência dos resultados.

A proteção semanal não significa fechamento: o atendimento segue para casos de referência, enquanto entradas reguladas são redirecionadas às unidades parceiras no rodízio. O arranjo foi desenhado para manter a integralidade e a regionalização da assistência, sem prejuízo ao paciente.

Autoridades destacam que cada pausa representa um passo na reorganização e na ampliação da capacidade, com objetivo de evitar o retorno dos corredores lotados. O foco agora é manter o ritmo de altas qualificadas e expandir a integração para consolidar a tolerância zero à superlotação.

Caiado recebe forças policiais de 21 estados e afirma que "Estado do crime não pode existir"

Durante o fórum nacional, o governador Ronaldo Caiado destacou a importância da segurança pública para garantia de governabilidade

Representantes das forças de segurança de 21 estados estão em Goiânia, nesta sexta-feira (7/11), para o 1° Fórum Militar Nacional de Policiamento Especializado, promovido pelo Governo de Goiás. Anfitrião do evento, o governador Ronaldo Caiado deu as boas-vindas a cerca de 100 policiais e destacou a importância da troca de experiências para garantir mais eficiência no combate ao crime. "Essa integração em todo território nacional dá maior competitividade, capacidade e mobilidade às tropas", destacou.

Caiado lembrou da prioridade que deu à segurança pública quando assumiu o Estado, em 2019, e como essa estratégia refletiu positivamente em todas as outras áreas de governo. "A governabilidade se dá no momento em que temos a segurança garantida à população", continuou. "Temos que reconhecer o trabalho diário da polícia, a eficiência, a presença física junto à população", disse o governador, que estava acompanhado da primeira-dama e coordenadora do Goiás Social, Gracinha Caiado.

Realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), o objetivo do evento é compartilhar o conhecimento das polícias de todo Brasil em operações de choque, aéreas, especiais, rurais, de divisas e patrulhamento tático especializado. Para Caiado, esse fórum promovido por Goiás visa criar estratégias para salvar o Brasil da criminalidade. "O Estado do crime não pode ser maior do que o Estado Democrático de Direito, ele não pode existir. Não é concessão. O estado do crime não pode existir", sublinhou o governador.

O secretário de Segurança Pública, Renato Brum, afirmou que a troca de experiência proposta no fórum "não quer dizer que uma unidade especializada é melhor que a outra, mas Goiás tem muito a oferecer". Na sequência, o titular da pasta destacou o desempenho da polícia goiana sob comando de Caiado. "Foram mais sete anos de reduções consecutivas dos índices criminais que são auferidos, inclusive, pelo Ministério da Justiça", pontuou. Neste período, "foram quase R$ 17 bilhões de investimentos" na área.

De acordo com o comandante-geral da Polícia Militar de Goiás, coronel Marcelo Granja, a proposta do fórum é discutir o aprimoramento da ação policial no combate ao crime, com parcerias e uso de técnica e tática. Ele também fez críticas à PEC da Segurança Pública, que propõe concentrar no governo federal as competências da área. "Queremos alcançar o objetivo comum, que é mostrar a força das polícias militares do Brasil. Que elas devem ficar sob coordenação dos governadores dos estados", enfatizou.

Durante a estadia em Goiânia para participar do fórum, o comandante-geral da PM de Rondônia, Regis Wellington Braguin Silvério, visitou algumas instalações goianas de segurança, entre elas o Complexo Prisional em Aparecida de Goiânia, e afirmou estar admirado com a ordem, limpeza e com o trabalho de ressocialização. "Tudo sob controle", testemunhou. "Hoje, não vejo nenhum Estado com a pronta resposta em todos os tipos de atendimento como tem sido em Goiás", concluiu o rondoniense.

Vídeo: "Integração em todo o território nacional dá mais competitividade às polícias", afirma Caiado

Após decisão do TCE-GO, gestão do HDT pelo Instituto Sócrates Guanaes fica sob risco

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) julgou irregulares as contas do Instituto Sócrates Guanaes (ISG), organização social da Bahia responsável pela gestão do Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT), em Goiânia. A decisão foi tomada durante sessão plenária realizada na última quinta-feira (6/11), com relatoria do conselheiro Kennedy Trindade.

De acordo com o voto do relator, foram constatadas irregularidades na execução do contrato firmado entre o ISG e a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, o que levou à imputação de débito e aplicação de multas aos responsáveis pela instituição. O débito original, no valor de R$ 15.404,91, deverá ser restituído aos cofres públicos, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora.

Foram responsabilizados solidariamente Juracy Magalhães Neto e Terêncio Sant'Ana Costa, que também receberam multa individual de R$ 63.328,88. O prazo para quitação tanto do débito quanto da multa é de 15 dias após a intimação, sob pena de adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis. A decisão ainda cabe recurso.

Pela legislação vigente, o julgamento de contas como irregulares pode levar à desqualificação da organização social, o que resultaria na perda do contrato de gestão do HDT.

Nos últimos anos, o ISG tem atuado na administração do hospital e promovido ações de modernização e certificação de qualidade, conforme linha do tempo institucional apresentada pela entidade, que inclui reformas na unidade, criação do Núcleo de Internação e conquistas como a Acreditação ONA 2 e o Selo Diamante em Transparência.

Apesar dessas iniciativas, o TCE-GO entendeu que as falhas identificadas na execução contratual configuram descumprimento das normas de gestão pública, justificando a responsabilização dos dirigentes e a devolução dos recursos ao Estado.

Projeto da Mesa Diretora e contas do TCE estão na pauta hoje

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realiza, nesta terça-feira, 11, a primeira sessão deliberativa ordinária da semana, às 15 horas, de forma presencial, no Palácio Maguito Vilela. A pauta para a reunião soma 95 processos legislativos, sendo: uma proposição da Mesa Diretora da Casa apta à segunda votação; um processo de prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) para votação única; 19 proposições parlamentares também em segunda votação; 41 proposições parlamentares para primeira votação; e 33 processos que podem ter analisados os pareceres favoráveis recebidos na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Entre as matérias em destaque para a segunda fase de discussão e votação, está o projeto de resolução nº 26333/25, da Mesa Diretora, que institui o Programa Clube de Desconto do Servidor da Alego. A proposta organiza o cadastramento de empresas e instituições de diversos segmentos para oferta de descontos em produtos e serviços a servidores efetivos, comissionados, gratificados, inativos e pensionistas do Poder Legislativo.

Também em segunda votação, o projeto de lei nº 7084/23, do deputado André do Premium (Avante), estabelece a obrigatoriedade de constar a tipagem sanguínea e o fator Rh em exames de sangue realizados em hospitais e laboratórios de análises clínicas do Estado. O texto determina que a informação figure no cabeçalho dos exames, próxima aos dados pessoais, e conceitua os estabelecimentos de saúde abrangidos. Prevê, ainda, armazenamento em banco de dados com possibilidade de compartilhamento para proteção da vida, da incolumidade física ou tutela da saúde, observada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e remete ao Poder Executivo a regulamentação necessária.

As demais 18 proposições parlamentares aptas a segunda votação abrangem, entre outros temas, a denominação de trechos e próprios públicos; inclusão de datas e eventos no calendário cívico, cultural e turístico; reconhecimento e proteção de bens e manifestações culturais; programas e políticas nas áreas de meio ambiente, juventude e segurança pública.

Para primeira votação, a pauta reúne 41 proposições como a criação de certificados e honrarias; declarações de utilidade pública; inclusão de datas e festividades no calendário oficial; denominação de próprios e vias; ajustes pontuais em leis vigentes; e institui políticas públicas nas áreas de saúde, meio ambiente e sustentabilidade, proteção social e direitos, além de campanhas educativas e de bem-estar animal.

Em votação única, consta o processo nº 1852/20, referente à Prestação de Contas Anual do TCE, relativa ao exercício de 2019. Por fim, podem ser analisados 33 pareceres favoráveis da CCJ, com distribuição temática às comissões permanentes correlatas.

Para mais informações sobre as matérias já constantes da Ordem do Dia para a sessão ordinária desta terça-feira, 11, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV Assembleia Legislativa (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do YouTube. Dessa forma, a população tem a oportunidade de acompanhar as discussões e votações de todas as matérias em pauta.

A Ordem do Dia, que é a fase mais importante da sessão, envolve a discussão e votação das matérias em destaque. Cada projeto de lei é analisado e debatido pelos deputados antes de ser votado. Esse momento é crucial para a democracia, pois é quando os parlamentares têm a oportunidade de defender suas proposições, ou argumentar contra as matérias das quais discordam.

As decisões tomadas na Assembleia Legislativa têm impacto direto na vida da população. Por isso, é fundamental que os cidadãos acompanhem o trabalho dos parlamentares e participem das decisões, dando a sua opinião e, assim, contribuindo para o aprimoramento da democracia.

STF barra obras de R$ 1,94 bi sem licitação em Goiás

PT aciona STF contra leis de Goiás que dispensam licitação para obras de R$ 1,94 bilhão

Por Edina Araújo/Fatos de Brasília

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, suspendeu, no dia 21 de outubro, duas leis estaduais de Goiás que dispensavam licitação para obras de infraestrutura rodoviária, envolvendo cerca de R$ 1,94 bilhão do Fundo Estadual de Infraestrutura (FUNDEINFRA). A decisão, proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade, mantém a validade dos contratos firmados até 10 de outubro de 2025, mas impede novas contratações diretas até o julgamento definitivo.

As Leis Estaduais nº 22.940/2024 e nº 23.291/2025 instituíram dois mecanismos de contratação sem licitação. O primeiro, estabelecido pela Lei nº 23.291/2025, autorizava parceria direta com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (IFAG), dispensando o chamamento público. A norma nomeava expressamente a entidade, que receberia recursos para executar obras de recuperação, manutenção, pavimentação e sinalização de rodovias e pontes.

O segundo mecanismo, previsto na Lei nº 22.940/2024, criou um programa que permite a empresas contribuintes do FUNDEINFRA executarem obras por conta própria, compensando posteriormente os gastos com seus créditos junto ao Fundo. Nesse modelo, apenas entidades formadas por "representantes dos setores econômicos contribuintes" poderiam participar.

A Procuradoria-Geral do Estado argumentou que o sistema tradicional de licitações "não tem dado conta" da demanda. Segundo cálculos apresentados, a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA) levaria 96 anos para concluir toda a sua carteira de obras, mantendo a capacidade atual.

A PGE sustentou que as leis não tratavam de licitação, mas de "fomento estatal e parcerias colaborativas" com o Terceiro Setor, amparadas pela Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil). A escolha nominal do IFAG seria válida por ter sido feita pelo próprio Legislativo, representando "a vontade popular", o que tornaria o chamamento público um "formalismo vazio".

Quanto à compensação de créditos, a defesa estadual afirmou tratar-se de "mecanismo de fomento amplamente utilizado", inspirado no Convênio ICMS nº 85/2011, adotado por quase todos os Estados. O modelo converteria "passivos potenciais em ativos produtivos".

A governança incluiria 30% dos assentos do Conselho de Administração reservados ao poder público, o que, segundo o Estado, reforçaria a transparência e o controle. O Tribunal de Contas de Goiás teria celebrado cinco Termos de Ajuste de Gestão para fiscalização concomitante.

PT QUESTIONA

A ação proposta pelo Partido dos Trabalhadores apontou violações aos princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade e transparência. O partido argumentou que o Estado invadiu competência privativa da União para legislar sobre normas de licitação.

No que se refere à escolha sem competição, a legislação federal permite a inexigibilidade de chamamento público apenas em situações excepcionais, com justificativa caso a caso pelo administrador. O modelo goiano, entretanto, estabeleceu uma dispensa genérica por meio de lei, aplicável a um volume bilionário de recursos.

A petição também destacou a restrição artificial de participantes. O filtro que limita as parcerias a entidades formadas por contri

buintes do FUNDEINFRA exclui qualquer empresa ou organização que não integre esse grupo específico. Assim, obras de infraestrutura rodoviária ficam restritas a um círculo fechado, sem possibilidade de outros interessados apresentarem propostas potencialmente mais vantajosas.

Outro ponto questionado foi o conflito de interesses estrutural. As mesmas empresas que contribuem para o Fundo podem executar obras e, posteriormente, compensar seus créditos. Essas empresas também integram as entidades parceiras, que detêm 70% da autonomia na gestão, embora administrem recursos públicos.

O Estado sustenta que os 30% de representação pública garantiriam o controle. Já a contestação aponta que essa minoria não impediria decisões contrárias ao interesse público.

A ação identificou ainda um controle institucional enfraquecido. Embora o Estado mencione os Termos de Ajuste de Gestão, o texto legal faz apenas uma alusão genérica ao acesso do Tribunal de Contas aos dados. A fiscalização permanece majoritariamente centralizada no próprio Executivo, responsável pela criação do programa.

O partido enfatizou o volume sem precedentes da operação. Diferentemente de programas pontuais de fomento, o modelo se aplica a R$ 1,94 bilhão em obras de infraestrutura, tradicionalmente submetidas a licitações rigorosas, por envolverem valores elevados e alto risco de superfaturamento.

O governo alertou que a paralisação imediata afetaria 9.600 empreendimentos rurais em 19 municípios, com impactos negativos na logística e no Valor Bruto da Produção Agropecuária. Dados apresentados indicam que, para cada R$ 1,00 investido na pavimentação da GO-461, seriam gerados R$ 7,37 adicionais em receita agropecuária.

A PGE argumentou que a anulação retroativa das leis resultaria na demissão de centenas de trabalhadores, na deterioração da infraestrutura e em prejuízos bilionários. Por isso, defendeu a manutenção dos contratos já firmados.

Com a decisão de Alexandre de Moraes, permanecem em execução as obras já contratadas, incluindo intervenções nas rodovias GO-147, GO-178, GO-180 e GO-461, realizadas por meio do Termo de Colaboração nº 001/2025, firmado entre a SEINFRA e o IFAG.

Novas contratações diretas estão suspensas até decisão definitiva do Plenário do STF. O ministro esclareceu que eventuais irregularidades na execução dos contratos existentes deverão ser analisadas, caso a caso, pela Justiça comum, não sendo objeto da ADI.

A decisão final do STF poderá estabelecer precedentes para modelos semelhantes adotados por outros Estados.

A reportagem do Notícias do Planalto entrou em contato com a assessoria do Partido dos Trabalhadores, para saber se o Partido pretende entrar com ações sobre situações semelhantes em outros Estados, mas não obteve resposta até a publicação da matéria.

Juscimar Ribeiro palestra em evento do SindGESTOR

O advogado Juscimar Ribeiro participa como palestrante do IV Congresso Brasileiro de Gestão Governamental, promovido pelo SindGESTOR, que acontece nos dias 13 e 14 de novembro, no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). O especialista participa do Painel 7, com o tema "Governo Aberto e Participação Cidadã: Fortalecendo a Governança Colaborativa".

"Estou muito feliz de poder participar desse Congresso dos Gestores, até porque a temática é de alta relevância, na medida em que eu represento a OAB em alguns fóruns de participação social e a participação do cidadão nas discussões e fiscalização das políticas públicas é essencial", pontua Juscimar.

O evento, promovido pelo SindGESTOR, vai reunir especialistas, gestores e autoridades de todo o país para discutir o tema "Inovação na Gestão Pública: Integrando Tecnologia, Governança Colaborativa e Sustentabilidade". A programação inclui palestras, debates, painéis temáticos e espaços de exposição, o congresso será um ambiente de aprendizado e troca de experiências sobre as transformações em curso na administração pública.

O objetivo é estimular o diálogo sobre práticas inovadoras, o uso de tecnologias na gestão e o fortalecimento da governança colaborativa, voltado para gestores governamentais, servidores das carreiras de gestão e representantes dos poderes e órgãos autônomos, o evento consolida-se como um dos mais importantes espaços de debate sobre as tendências e os desafios da gestão pública no Brasil.

As inscrições para servidores públicos estaduais podem ser feitas pelo Portal do Aluno da Escola de Governo (https://sgc.escoladegoverno.go.gov.br) e interessados de outros segmentos podem se inscrever pelo e-mail .

_____